

CONTORNOS DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NA/DA EDUCAÇÃO INFANTIL, NO CONTEXTO DA PANDEMIA¹

Fabiana Silva Fernandes
Fundação Carlos Chagas, Brasil
fsfernandes@fcc.org.br

Introdução

A Educação Infantil, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, constitui-se a primeira etapa da educação básica, sendo definida como direito social das crianças e suas famílias. Entretanto, ao longo do tempo, estudos e pesquisas têm evidenciado que esse direito ainda não se concretizou, tanto em relação à cobertura das matrículas – que deve, obrigatoriamente, abranger todas as crianças de quatro e cinco anos de idade e, como opção das famílias, as crianças de zero a três – quanto no que tange à qualidade das condições de oferta das/nas instituições (NUNES et al., 2005; KRAMER, NUNES, 2007; CAMPOS, ROSEMBERG, 2009; CAMPOS et al, 2012; COUTINHO, 2017; COUTINHO, MORO, 2019).

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 prevê a universalização da pré-escola até o ano de 2016 e o atendimento de, pelo menos, 50% das crianças de zero a três anos, até 2024. Também prevê estratégias para alavancar a melhoria da qualidade da oferta dessa etapa educacional.

Contudo, quatro anos após a aprovação do Plano, a universalização da educação infantil para as crianças de quatro e cinco anos ainda não se efetivou e, tampouco, a ampliação da oferta de creches para as crianças de zero a três vem se constituindo.

No contexto de pandemia, essas e outras questões que envolvem a educação infantil tornaram-se ainda mais delicadas, pois, dadas as circunstâncias de isolamento social para não disseminação da Covid-19, escolas foram fechadas e a impossibilidade de acesso à unidade explicitou a profunda desigualdade social a que muitas crianças estão

¹ Esse trabalho, vinculado ao projeto Temático “Educação Escolar em Tempos de Pandemia”, desenvolvido pela Fundação Carlos Chagas, é fruto do estudo coordenado por Cláudia Oliveira Pimenta, intitulado *Contornos da desigualdade na Educação infantil, no contexto da Pandemia*. Contou com a participação de Natália Pimenta e Silva.

expostas e o desafio de manter um vínculo com elas por meio da utilização de ensino remoto.

Considerando essas questões, desenvolveu-se uma investigação que buscou analisar as ações adotadas pelas redes e instituições de educação infantil nos primeiros meses da pandemia de covid-19, no Brasil, bem como entender os impactos dessa situação em termos de desigualdades educacionais.

Desenvolvimento

As análises aqui apresentadas derivam do estudo exploratório Educação escolar em tempos de pandemia na visão de professoras/es da Educação Básica, realizado em 2020 pelo Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, em parceria com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) do Brasil e com a Fundação Itaú Social. No referido estudo, mais de 14 mil docentes de todo o país responderam a um questionário on-line que tinha o propósito de acessar a percepção de professoras e professores da educação básica sobre a experiência inicial com a suspensão das aulas. O subconjunto de respostas dos 1.758 docentes que afirmaram ter maior jornada de trabalho na educação infantil baseia esta pesquisa e dela serão apresentados alguns resultados da coleta, referentes a o perfil dos professores de educação infantil e condições de trabalho.

A proposta para essa comunicação é apresentar o trabalho de análise descritiva dos dados referentes aos 1.758 professores atuantes, majoritariamente, na EI, no ano de 2020.

Além de responderem às questões fechadas, os respondentes foram convidados a comentar sobre assuntos que não haviam sido abordados no questionário e 486 deles forneceram informações, totalizando 495 indicações, dado que cada um dos sujeitos poderia efetuar um ou mais apontamentos. Destaca-se que este total de indicações não considerou 38 respostas que foram descartadas, pois seu conteúdo não se relacionava com a pesquisa em questão ou eram pouco elucidativas.

Sobre os casos filtrados, relativos a essa categoria de profissionais, serão apresentados, a seguir, alguns dados obtidos na investigação:

- 1- No que se refere ao vínculo com a instituição, mais de 60% dos respondentes são servidores públicos efetivos. Os demais estão divididos entre funcionários contratados por meio do regime estabelecido na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e aqueles admitidos como temporários.
- 2- Em relação à quantidade de turnos de trabalho, os docentes que atuam em apenas um período, correspondem a 47,8% dos respondentes, enquanto 49,5% atuam em dois turnos, concentrados majoritariamente nos horários da manhã e da tarde. Em contrapartida, é pequena a quantidade de professores que trabalham até 20 horas semanais: quase 40% deles têm uma jornada de 31 a 40 horas de dedicação, e outros 35% trabalham entre 21 e 30 horas. Além disso, 14% dos profissionais ultrapassam as 40 horas de trabalho por semana.
- 3- Praticamente todos os docentes da educação infantil que responderam à pesquisa afirmaram possuir um celular e, 75%, um notebook em suas residências, com média de 2,25 equipamentos por domicílio. Adicionalmente, o acesso à internet estava disponível de forma satisfatória para 68% dos docentes.
- 4- A rotina de trabalho passou por mudanças significativas, com 68% dos docentes relatando ampliação do uso de novos recursos pedagógicos, especialmente os relacionados às tecnologias. O envio de materiais digitais por meio das redes sociais foi a estratégia mais utilizada pelas escolas, sendo que, de um ponto de vista individual, os professores privilegiaram também o uso de vídeo aulas gravadas.
- 5- Além das mudanças nas estratégias, houve aumento na atividade de responder mensagens eletrônicas por meio de diferentes ferramentas, como e-mail, WhatsApp e SMS, para 87% dos professores. Já a participação em cursos a distância cresceu para 73% deles, enquanto o aumento no número de reuniões pedagógicas foi apontado por mais de 65% dos docentes.
- 6- O uso de novos recursos tecnológicos no exercício do trabalho docente aumentou significativamente durante a pandemia. Nesse contexto, o envio de materiais digitais via redes sociais e a orientação às famílias foram as estratégias pedagógicas mais utilizadas como forma de dar continuidade ao processo educativo na educação infantil.

- 7- Os docentes manifestaram preocupação com fatores como a convivência entre as crianças, alimentação infantil e o acesso das famílias à internet. Além disso, o atendimento às especificidades da educação infantil se mostrou insatisfatório, uma vez que o ensino remoto não condiz com essa etapa educacional, caracterizada como um período de desenvolvimento das habilidades sociais e da interação com o mundo externo e o ambiente familiar.

Conclusões

As manifestações dos respondentes revelam desafios que se fazem presentes no contexto da Educação Infantil brasileira há muito tempo. Tais manifestações parecem manter impressões que não estão relacionadas exclusivamente com o contexto da Pandemia, como por exemplo sobre as condições de trabalho e sobre as relações entre as famílias e a escola.

De modo geral, os dados evidenciam percepções de aprofundamento de desigualdades, sobretudo no que tange ao acesso à internet e à equipamentos que permitam o contato, à distância, entre crianças e docentes, o que impede a realização de um trabalho mais sistemático por parte da escola.

Referências

CAMPOS, M. M. et al. **Educação infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa (Relatório Final)**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2010. Disponível em: http://www.fcc.org.br/pesquisa/eixostematicos/educacaoinfantil/pdf/relatorio_final.pdf. Acesso em: 10 de julho de 2012.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. 6ª ed. Brasília: MEC, SEB, 2009.

CENPEC, UNICEF. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil**. Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. São Paulo: CENPEC, 2021.

COUTINHO, A. S. **As políticas para a educação de crianças de 0 a 3 anos no Brasil: avanços e (possíveis) retrocessos**. Laplage em Revista, vol. 3, núm. 1, 2017, p.19-27.

COUTINHO, A. S.; MORO, C. **Educação infantil no cenário brasileiro pós golpe parlamentar: políticas públicas e avaliação**. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 19, n. 36, p. 349-360, dez. 2017. ISSN 1980-4512. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroiseis/article/view/19804512.2017v19n36p349/35623>. Acesso em: 31 jan. 2019.

KRAMER, S.; NUNES, M. F. Gestão Pública, formação e identidade de profissionais de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, p. 423-454, mai/ago. 2007.

NUNES, M. F. R.; SANTOS, P.; VARGENS, P.; KRAMER, S. Gestão da educação infantil: “a história começa quando eu entrei nela”. IN: KRAMER, Sonia (org.). **Profissionais de educação infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005, p. 100-120.